

# O fluxo de capitais e o desenvolvimento sustentável

O fluxo de capitais necessário para viabilizar atividades e projetos verdes virá sobretudo da redução do fluxo para atividades e projetos com impactos negativos

Por Luciane Moessa

03/11/2023 05h03 · Atualizado há 2 dias





— Foto: Milada Vigerova/Pixabay

O governo federal lançou, em 21 de setembro, consulta pública sobre o Plano de Ação da chamada “Taxonomia Sustentável brasileira”. Como ponto positivo na iniciativa, temos o fato de que foram incluídos objetivos climáticos, ambientais e sociais, diferente de outros países que, ou excluíram objetivos ambientais e sociais, ou adiaram sua inclusão. Como ponto negativo, temos que o documento em questão consiste numa “colcha de retalhos” com pouca coerência interna e linhas gerais que estão distantes de permitir que, a prevalecer o modelo adotado, a Taxonomia brasileira entregue o que promete, que é reorientar o fluxo de capitais rumo aos referidos objetivos.

O modelo é francamente inspirado na taxonomia da União Europeia que, num primeiro momento, enfocou apenas mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e depois agregou outros objetivos ambientais, como proteção e restauração da biodiversidade (terrestre e aquática), prevenção e controle da poluição e economia circular, e nas taxonomias da Colômbia e do México que, por sua vez, também foram inspiradas na europeia, ainda que tenham agregado outros temas.

## Leia também:



### **Gestora de fortunas Est atrai ex-BNP como sócio**



### **Inadimplentes do Fies podem renegociar dívidas a partir dessa terça-feira, 7**

Ocorre que o modelo de inspiração tem algumas premissas equivocadas. O objetivo de uma taxonomia é, primeiro, mensurar o fluxo de capitais para atividades e projetos com impactos climáticos e socioambientais e, assim, reduzir fluxos para atividades e projetos com impactos negativos e aumentar fluxos para aqueles com impactos positivos. Busca-se medir para em seguida mudar pra melhor.

O primeiro equívoco da taxonomia europeia é não ter mapeado atividades e projetos com impactos negativos. Foge-se da mensuração do problema, talvez apostando em “crescimento verde”, justamente num continente que tem pouco espaço para tanto. Foi o mito do crescimento econômico infinito que nos trouxe a essa situação de emergência climática, pois ele aconteceu sem considerar a finitude dos recursos naturais e seus efeitos no clima.

Não se trata mais de crescer, trata-se de “esverdear” - para sobreviver. O tamanho do que se pode chamar de “economia verde” é muito menor do que a economia tradicional, de modo que o mero crescimento dessa sem a redução daquela (a que nos leva ao “vermelho”) não resolve o problema.

O segundo equívoco é não distinguir entre atividades permanentes (faz sentido construir uma parte da taxonomia baseada em setores econômicos) e projetos, que possuem duração limitada no tempo, porque visam transformar, construir algo que não existia.

Por exemplo, mesmo uma empresa que opera num setor com impactos negativos pode desenvolver projetos (e normalmente precisará recorrer ao setor financeiro para isso) com benefícios climáticos ou ambientais, tais como treinamento de mão de obra ou compra de equipamentos visando gerar maior eficiência no uso de energia, água ou matéria-prima, produzir melhorias na gestão de resíduos ou a redução do risco de acidentes de trabalho.

A taxonomia europeia selecionou os setores responsáveis pelo maior volume de emissões de gases de efeito estufa e definiu parâmetros de desempenho que permitam que tais atividades sejam consideradas “verdes” (numa visão binária, que ignora os diferentes estágios na jornada da sustentabilidade).

Assim, identificou oportunidades para “esverdear” setores tradicionais, mas não mapeou tecnologias e processos que podem propiciar isso, pois a taxonomia é usada para que empresas relatem o percentual de suas atividades que se alinham aos parâmetros da taxonomia, mas não para identificar o percentual dos portfólios de crédito e de investimentos de instituições financeiras destinados a projetos verdes nem para empresas identificarem seus investimentos verdes.

Se formos comparar com gastos públicos, seria como abordar despesas correntes (pagamento de pessoal, transporte, água e luz etc) e deixar de lado despesas de capital (obras, aquisição de equipamentos).

O terceiro equívoco é se basear apenas em um sistema de classificação de atividades econômicas que não foi pensado com base nos impactos climáticos ou socioambientais das atividades (o CNAE) para buscar identificar atividades geradoras de benefícios dessa natureza. Existem muitas atividades econômicas que trazem benefícios dessa natureza, mas não possuem CNAE próprio. São exemplos: serviços de detecção precoce de incêndios florestais (que usam inteligência artificial para analisar padrões em anos anteriores para mapear locais de risco e sistemas de satélite para detectar focos nos locais mapeados); sistemas de integração agricultura-pecuária-floresta; construção de habitações para baixa renda etc.

Embora a seleção de setores por sua relevância econômica e impactos socioambientais e climáticos que consta no Plano de Ação esteja correta, o desenho colocado não explora o potencial do Brasil para a bioeconomia (isso só entra quando a atividade cabe dentro de um setor tradicional), deixa de lado novos produtos e serviços com benefícios climáticos, ambientais e sociais e, sobretudo, projetos que geram tais benefícios, em qualquer setor. Sendo a taxonomia pensada para uso do setor financeiro, a classificação deveria considerar o perfil de diferentes produtos financeiros: a) alguns são voltados para atividades permanentes, como crédito para capital de giro, investimentos em ações, seguros; b) outros são voltados para projetos ou finalidades específicas, como financiamentos e títulos de dívida (bonds) - destaquem-se os títulos atrelados a metas ou projetos com benefícios climáticos, ambientais ou sociais.

Mas, para avaliar a sustentabilidade de portfólios (de crédito, investimentos e seguros), é preciso identificar também atividades e projetos com impactos negativos.

Em suma, o fluxo de capitais necessário para viabilizar atividades e projetos verdes virá sobretudo da redução do fluxo para atividades e projetos com impactos negativos. Apostar apenas no crescimento e não na transformação dos setores tradicionais (para que eles possam vir a ser rotulados como “verdes” ou como “menos vermelhos”) é um erro matemático.

Ainda, é fundamental considerar a localização das atividades econômicas e projetos - pensar em adaptação às mudanças climáticas, impactos na biodiversidade ou nas comunidades do entorno sem levar em conta a localização é impossível.

Por fim, precisamos de mais incentivos econômicos: a taxonomia deve ser usada também para fins tributários - não para um imposto específico e, sim, para todos os impostos que incidem sobre atividades econômicas, imóveis e veículos, pois em todos eles é possível identificar variáveis climáticas, ambientais e sociais de modo a aumentar a carga tributária de atividades e bens com impactos negativos e reduzir a daqueles com impactos positivos. Temos uma reforma tributária sendo discutida neste momento e isso precisa ser considerado.

**Luciane Moessa, Ph.D, é diretora Executiva e Técnica da Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS).**

< Mais recente

Próxima >

### Agora o Valor Econômico está no WhatsApp!

Siga nosso canal e receba as notícias mais importantes do dia! [CONHECER >](#)

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

### O quebra-cabeça mais popular do país vira febre em Parauapebas

PUZI

LINK PATROCINADO

### Médicos alertam: se você tiver varizes, faça isso imediatamente!

TRATAMENTO VARIZES

LINK PATROCINADO

### O QI Médio no Brasil é 83. Faça este Teste de QI e descubra se o seu é mais alto.

WW IQ TEST

LINK PATROCINADO

### Este relógio pode monitorar sua glicose com precisão

MONITORAMENTO DE DIABETES

LINK PATROCINADO

### Novo refrigerador de ambiente é superior a ar condicionado e não precisa de instalação

AR-CONDICIONADO

LINK PATROCINADO